

NABUCO, JOSÉ TOMÁS

* dep. fed. RS 1907-1926; emb. Bras. Uruguai 1924-1926; emb. Bras. Peru 1937.

José Tomás Nabuco de Gouveia nasceu em Leopoldina (MG) no dia 11 de outubro de 1872, filho de Hilário Soares de Gouveia, médico, e de Rita Nabuco de Gouveia. Seu avô materno, José Tomás Nabuco de Araújo, estadista durante a Monarquia, exerceu diversas funções públicas, entre as quais a de ministro da Justiça (1853-1857, 1858, 1859 e 1865-1866) e a de conselheiro de Estado (1866). Seu tio Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, político, diplomata e historiador, foi deputado pela província de Pernambuco (1858, 1885, 1886-1889) e lutou no Parlamento pela emancipação dos escravos. Seu primo Maurício Nabuco foi embaixador do Brasil em Santiago do Chile (1937-1939) e em Washington (1948-1951).

Fez os cursos preparatórios no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em 1890 matriculou-se na Faculdade de Medicina dessa cidade. Em 1893 foi residir em Paris em companhia do pai, que deixou o país por ter participado de tentativas de revolução contra o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), e lá concluiu o curso de medicina.

Em 1899 voltou ao Brasil e prestou exames que o habilitaram ao exercício da medicina no país. Fixando residência em Bajé (RS), passou a clinicar e a participar de atividades políticas. Realizou várias viagens à Europa e foi diretor de serviços do Hospital de Genebra, na Suíça. Em Bajé, ocupou o cargo de vice-intendente, chegando a governar o município durante algum tempo.

Em 1907 elegeu-se pela primeira vez deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), assumindo o mandato em setembro. Reeleito em 1909 e 1912, passou a integrar as comissões de Diplomacia e Tratados e de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. Em abril de 1912 foi aprovado em concurso para livre-docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em agosto de 1914 tornou-se diretor da Maternidade do Rio de Janeiro. Em março do ano seguinte foi nomeado professor-substituto da cadeira de ginecologia e obstetrícia da Faculdade de Medicina e foi uma vez mais eleito deputado federal. Após nova reeleição no início de 1918, chefiou em julho Missão Médica Brasileira formada em consequência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Voltou a se reeleger deputado federal em 1921, e em 1923

foi ao Rio Grande do Sul, por delegação do presidente Artur Bernardes (1922-1926), tentar promover um acordo entre os republicanos e os federalistas, que se encontravam em luta armada desde o início do ano. A pacificação foi consumada em dezembro desse ano, através da intervenção do general Fernando Setembrino de Carvalho, quando foi assinado o Pacto de Pedras Altas.

Após nova reeleição em 1924, em novembro desse ano foi nomeado embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário em Montevidéu, em substituição a Luís Guimarães Filho. Em 1925 negociou e assinou o Convênio de Cooperação Recíproca Brasil-Uruguai, para os casos de alteração da ordem nos territórios fronteiriços. Permaneceu em Montevidéu até junho de 1926, quando foi substituído por Hélio Lobo. Foi ministro no Paraguai em outubro de 1926 e concluiu seu mandato na Câmara dos Deputados em dezembro seguinte. Foi ainda ministro plenipotenciário em Berna, na Suíça, e em Bucareste, na Romênia.

Durante a campanha eleitoral de 1929, ficou ao lado de Júlio Prestes, candidato situacionista, e contra a Aliança Liberal (1929-1930). Com a vitória da Revolução de 1930, foi mal recebido no Ministério das Relações Exteriores e afastou-se das atividades diplomáticas. Em agosto de 1932 foi delegado do Brasil ao IX Congresso Internacional de História da Medicina. Retornou à diplomacia em abril de 1937, quando foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas para substituir Alberto Jorge de Ipanema Moreira como embaixador do Brasil no Peru. Exerceu essa função até 26 de novembro do mesmo ano, sendo substituído pelo embaixador Lucílio Antônio da Cunha Bueno.

Casou-se em segundas núpcias com Clotilde Paranhos do Rio Branco, filha de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, que foi ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; GUIMARÃES, J. *Dicionário; Ilustração Brasileira* (10/22); MIN. REL. EXT. *Anuário*; PEIXOTO, A. *Getúlio*.